

Reconstituindo povos indígenas em zona de fronteira a partir de dados censitários: caso brasileiro.

Resumo

O Brasil possui mais de 15.000 quilômetros de fronteira terrestre com dez países da América do Sul. Essas zonas de fronteiras são dotadas de complexidade e peculiaridades que as tornam especial em relação ao restante do país. Dentro dessa complexidade, os povos indígenas inserem-se dentro de um contexto em que a criação dos Estados-nação não considerou a ocupação indígena nesses territórios. Podem-se citar como exemplo os Tikunas que residem na fronteira entre o Peru, a Colômbia e o Brasil. Neste caso, quando um ticuna colombiano cruza a fronteira brasileira, este é considerado um estrangeiro pelo Estado brasileiro. Assim, o olhar do Estado sempre considera esses povos a partir de sua identidade nacional, mesmo que para estes a identidade étnica seja a mais importante. Desta forma, este trabalho se propõe a reconstituir os povos indígenas que foram fragmentados pelas fronteiras nacionais de modo a apresentar os avanços e limitações nos dados oficiais. Para tanto, foram utilizadas informações do Censo Demográfico de 2010 no Brasil, assim como dos demais países limítrofes. Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, foi possível observar tanto os avanços que as pesquisas censitárias apresentaram, por exemplo, a inserção da pergunta sobre povos indígenas, quanto a limitações em compatibilizar dados censitários, principalmente, quando se deseja investigar e aprofundar seu conhecimento em povos indígenas residentes em área de fronteira. Outro fato que merece menção é a disponibilidade das informações censitárias sobre os povos indígenas. Nem todos os países estudados aqui disponibilizam essas informações de forma rápida e acessível para todos. Os povos indígenas reconstituídos nesse trabalho apresentam um elevado número populacional, se observados a partir de uma perspectiva étnica, que ainda carecem de melhores políticas públicas. Dessa forma, torna-se cada vez mais necessária ter informações demográficas mais confiáveis sobre esse segmento populacional.

1. Introdução

As zonas de fronteiras são dotadas de complexidade e peculiaridades que as tornam especial em relação ao restante do país. Dentro dessa complexidade, os povos indígenas dessas regiões frequentemente são vistos como "guardiões da fronteira", ou como um agente que demanda por demarcações de terras extensas ou contínuas na faixa de fronteira internacional ou acusado de servir a interesses estrangeiros (PIMENTA, 2009). Nos últimos anos, outras discussões vêm ganhando presença na pauta das agendas públicas dos países da América Latina como a migração internacional dos indígenas, que estariam ocorrendo principalmente em áreas transfronteiriças (CEPAL, 2014).

No entanto, construir indicadores que possam mostrar a realidade sociodemográfica e econômica desses povos indígenas, como uma unidade étnico-cultural, ainda enfrenta algumas limitações relacionadas aos dados oficiais. Assim, este trabalho buscou reconstituir os povos indígenas que foram fragmentados pelas fronteiras nacionais de modo a apresentar os avanços e limitações nos dados oficiais sobre segmento populacional.

Para tanto, utilizou-se de Censos Demográficos de diferentes países, necessários para a reconstituição populacional desses povos. Como também foi necessário explanar sobre a forma de mensuração dos povos indígenas no Brasil e nos países limítrofes, identificando os pontos comuns e divergentes entre eles. E por fim, os critérios estabelecidos para a análise e a discussão dos resultados encontrados.

2. Povos indígenas nos Censos Demográficos do Brasil e nos países vizinhos.

Os Censos Demográficos são pesquisas, normalmente, decenais que captam informações de todos os indivíduos residentes no momento do recenseamento. Um de suas vantagens é permitir desagregar suas informações a menores níveis espaciais, tornando-se ainda mais relevante para a construção de indicadores para territórios e comunidades indígenas (CEPAL, 2014).

Contudo, a definição de povos indígenas e sua operacionalização nas estatísticas nacionais nem sempre é tão simples. O primeiro obstáculo é encontrar uma definição universal de povos indígenas e tribais, já que há pelo menos 5.000 povos indígenas e tribais com características diferentes, residentes em 70 países diferentes (OIT, 2009). Atualmente, o que se vê são países utilizarem a definição contida na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) por consenso internacional. Esta define os povos indígenas a partir de dois critérios:

“Critério subjetivo – auto identificação como pertencente a uma população indígena; Critério objetivo: Descendência de uma população, que habitava o país ou região geográfica no momento da conquista, colonização ou estabelecimento das fronteiras atuais. Eles conservam alguma ou toda sua instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, independente de seu estado jurídico” (OIT, 2013, p.2).

Assim, a partir dessa definição é possível identificar quatro dimensões referente aos povos indígenas:

- *O reconhecimento da identidade* – referente a consciência étnica e ao sentido de pertencimento a um povo;
- *A origem comum* – referente a ascendência como também a memória social e coletiva dos povos;
- *A territorialidade* – vinculada com a herança ancestral e com a memória coletiva desses;
- *E aspecto linguístico-cultural* – ligada a cultura de origem, a organização social e política, o idioma, a cosmovisão, os conhecimento e modos de vida (CEPAL, 2014).

Estas dimensões auxiliam na hora de identificar os povos indígenas nas estatísticas nacionais, onde o critério da auto-declaração deve sempre ser priorizado (CEPAL, 2014).

Nos últimos anos, tem-se observado grandes avanços nos censos populacionais e domiciliares da América Latina com relação a identificação dos povos indígenas. Sua visibilidade nas estatísticas nacionais pode ser dividida em dois momentos: o primeiro momento, entre 1980 e 1990, em que os esforços estavam em ampliar o número de países que poderiam quantificar esse segmento populacional; e o segundo momento, entre 2000 e 2010, que buscou aperfeiçoar as informações desse grupo (CEPAL, 2014).

A **Tabela 1** apresenta as perguntas relacionadas a identificação dos povos indígenas nos censos do Brasil e de seus países vizinhos segundo o ano censitário, ao tipo de questionário (básico/universo ou da amostra) e para quem foi questionada. Assim, observa-se que dos dez países que fazem fronteira com o Brasil, nove respeitam o critério de autoidentificação em seus Censos populacionais, mas somente sete identificam os povos indígenas residentes no país.

Tabela 1 – Perguntas de autoidentificação étnica nos censos do Brasil e de seus países vizinhos³, 2005-2012.

País	Ano	Perguntas	Questionário do Censo	Questionado
Argentina	2010	5." ¿ Algun persona de este hogar es indígena o descendiente de pueblos indígenas (originarios o aborígenes)? Indique cuál pueblo	Amostra (ampliado)	Todos os indivíduos
Bolívia	2012	29." Como boliviana o boliviano, ¿ pertenece a alguna nación o pueblo indígena originario campesino o afroboliviano? ¿ A cuál? (há um lista com 41 povos, mas indica-se não ler as opções)	Universo	Todos os indivíduos que nasceram no país
Brasil	2010	6.04. A sua cor ou raça é: 6.05. Você se considera indígena? 6.06. Qual é a sua etnia ou povo a que pertence?	Universo e Amostra	6.05. - para quem não escolheu a categoria " indígena" na pergunta 6.04. e somente para quem estava em setor de Terra Indígena. 6.06 - Para todos que responderam "indígena" ou se consideraram indígena.
Colômbia	2005	33. ¿ De acuerdo com su cultura, pueblo o rasgos físicos, ... Es o se reconoce como: 1. indígena ¿ A cuál pueblo indígena pertenece?	Universo (básico)	Todos os indivíduos
Guiana	2012	1.4. To what ethnic group do you/does (...) belong? (...) 2. Amerindian (...) Mixed (...) 5.	Universo	Todos os indivíduos
Paraguai	2012	Censo General - 42. "¿De las personas que viven habitualmente en este hogar, alguna se considera indígena o perteneciente a una etnia (pueblo) indígena? Anote (...) la etnia (pueblo) a la que pertenece. Listado de etnias (pueblos) indígenas: Ache, Angaité, Ava-guaraní, Ayoreo, Enxet norte, Enxet sur, Guaraní occidental, Maká, Manjui, Maskoy, Mbya, Nivaclé, Ñandeva, Pai Tavytera, Sanapaná, Toba, Qom, Tomárahó, Ybytoso."	Universo	Todos os indivíduos
Peru	2007	Censo de Comunidades indígenas da Amazônia peruana - 1. "¿ A qué pueblo indígena pertenece la comunidad?"	Universo	Para o Chefe ou presidente da comunidade
Uruguai	2011	6. "¿ Cree tener ascendencia... (...) 4. Indígena? (...) Continuação da pergunta: "¿Cuál considera la principal?"	Universo	Todos os indivíduos
Venezuela (República Bolivariana de)	2011	4. "¿Pertenece a algún pueblo indígena o etnia? ¿Cuál?" 7. "Según sus rasgos físicos, ascendencia familiar, cultura y tradiciones se considera: (...) 5. Otra ¿Cuál?"	Universo	4. Todos os indivíduos que nasceram no país 7. Todos os indivíduos

Fonte: Atualização das autoras, "Pueblos indígenas y afrodescendientes em los censos de población y vivienda de América Latina: avances y desafíos em el derecho a la información", DEL POPOLO, F.; SCHKOLNIK, Susana. IN: Notas de población. Año XL, N° 97, Santiago de Chile, 2013.

³ Exceto o Suriname e a Guiana Francesa. Isto porque a disponibilidade das informações sobre o Censo no Suriname se dá em outro idioma – holandês -, enquanto o censo da Guiana Francesa não inseriu questões sobre os povos indígenas em seu Censo.

Com relação ao marco temporal desses censos, observa-se que este item não ocorreu de forma uniforme entre os países estudados. Somente a Argentina e o Brasil tiveram o recenseamento populacional no mesmo período – em 2010. Os demais países o realizaram um ou dois anos depois do que o Brasil ou três ou cinco anos antes, caso da Colômbia e o Peru⁴. Dessa forma, os resultados encontrados nesse trabalho serão somente estimativas da magnitude total desses povos indígenas.

Ainda que todos tenham perguntas relacionadas à auto-identificação, elas não são feitas de forma homogênea. A Guiana, por exemplo, categoriza seus povos indígenas como ameríndios e não possui um quesito para identificar qual povo as pessoas pertencem. Enquanto, a Argentina e o Paraguai têm suas perguntas a nível de domicílio podendo, assim, subestimar esse grupo populacional. Algo que pode ser evitado quando a pergunta é direcionada para cada indivíduo (CEPAL, 2014).

Outra “pergunta filtro” que chamou atenção foi a realizada pela Bolívia, no Censo de 2012, que inicia a pergunta de pertencimento étnico referindo-se à nacionalidade dos entrevistados. Isto também pode gerar subenumeração dos povos indígenas, já que há muitos povos que foram fragmentados a partir da criação dos Estados-nação – como se verá neste trabalho - e que ainda praticam uma mobilidade que perpassa os limites das fronteiras nacionais (CEPAL, 2014). A Venezuela também aplica esse tipo de filtro em suas perguntas. Em seu Censo de 2011 somente as pessoas nascidas no país poderiam responder o quesito sobre o pertencimento étnico. Neste caso, os povos indígenas estrangeiros só seriam captados na pergunta 7 – conforme apresenta a **Tabela 1** – que se refere ao reconhecimento étnico, e não poderiam declarar, assim, o povo ou etnia a que pertence. Ambos os Censos, mencionados acima, dificultam a análise da migração internacional dos indígenas.

Outro cuidado que também se deve ter ao utilizar essas diferentes fontes de dados é observar se há um limite etário nas perguntas sobre os povos indígenas. Observa-se que todos esses países respeitaram as recomendações internacionais e não colocaram limites etários em suas perguntas em seus últimos censos populacionais. Segundo Del Popolo e Schkolnik (2013), o único país da América Latina que fez isso em 2010 foi o México, que aplicou a pergunta de autoidentificação somente para as pessoas de três anos e mais.

⁴ A Colômbia está organizando seu Censo populacional para esse ano, 2016. Já, no Peru, o Censo está previsto para 2017. Por isso, optou-se em incluir informações desses dois países mesmo que estas estejam mais defasadas em comparação as demais.

Dentre esses Censos selecionados, vale ressaltar também a forma de aplicação de três deles que são: Brasil, Venezuela, Peru e Paraguai. No caso do Censo brasileiro, em 2010, tem-se uma continuidade do quesito raça/cor, mas com a ampliação do seu critério para classificação dos povos indígenas através dos quesitos de “idioma ou língua falada” e “pertencimento étnico”. Fato que também merece menção é a incorporação dos quesitos no questionário do básico (universo), que possibilitou obter informações mais confiáveis e de forma desagregada sobre os povos indígenas no Brasil como as variáveis de sexo, idade, alfabetização e outras relacionadas aos domicílios. Vale frisar que dentre os países pesquisados somente a Argentina continua captando os povos indígenas a partir das informações da amostra. Além disso, pela primeira vez no Censo brasileiro foi possível mensurar os indivíduos que residiam em Terras Indígenas que se declararam pertencentes de outra cor/raça (que não fosse a “indígena”), mas que se consideravam indígenas, a partir da pergunta “Você se considera indígena?”.

O Paraguai, Peru e a Venezuela ganham destaque por implementarem censos em territórios indígenas que conta com a participação dos próprios indígenas. O Paraguai realizou pela terceira vez seu Censo em comunidades, com plena participação dos povos indígenas. Neste foi utilizado dois tipos de questionários: um questionário geral e outro da comunidade. O questionário geral tinha como objetivo captar os dados de população e domicílio abordando vários temas como: mortalidade, fecundidade, emigração internacional entre outras. É neste questionário que consta a pergunta em que é possível captar a magnitude populacional dos povos indígenas. Já o questionário da comunidade foi elaborado para conhecer dados da comunidade como: volume, composição, infraestrutura da comunidade entre outros (DGEEC, 2014).

No XI Censo Nacional de População de 2007, no Peru, a língua materna foi o único critério de identificação dos povos indígenas. Contudo, neste mesmo período foi aplicado um Censo nas comunidades indígenas da Amazônia peruana. Neste Censo foram recenseados onze departamentos do Peru: Amazonas, Ayacucho, Cajamarca, Cusco, Huánuco, Junín, Loreto, Madre de Dios, Pasco, San Martín y Ucayali (INE, 2008). Neste caso, é possível encontrar o número de pessoas por povo/etnia juntando os dois Censos.

Sendo assim, tem-se uma gama de fonte dados que investigam para a totalidade da população um conjunto de informações acerca do pertencimento étnico que possibilita um maior entendimento sobre esses povos.

Aspectos metodológicos

O levantamento das informações necessárias para o conhecimento da magnitude populacional dos povos indígenas residentes em zona de fronteira no Brasil requer certo cuidado, como também exige a tomada de alguns critérios. Primeiro, foi necessário definir e localizar as unidades político-administrativas do Brasil em Zona de Fronteira. Segundo, definir o espaço geográfico da análise. E por fim, selecionar os povos indígenas residentes tanto no Brasil quanto nos países vizinhos.

A ideia inicial do trabalho era utilizar os dados dos povos indígenas por município – tanto no Brasil quanto nos países vizinhos -, para que assim fosse possível captar o número absoluto de pessoas que se autodeclararam pertencentes de um povo indígena em zona de fronteira nos dados censitários de cada país. Para isso, todos os países estudados deveriam conter em seus censos populacionais informações sobre povos indígenas, como também disponibilizá-las de forma desagregada.

Contudo, como já citado no item anterior, somente sete países estudados identificam seus povos indígenas. Destes, somente a Venezuela, Peru e Paraguai disponibilizam facilmente⁵ as informações com aquele nível de desagregação espacial. No caso do Brasil, os dados para povos indígenas no SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática) estão disponíveis somente para o Brasil ou por Grandes Regiões⁶. Essas informações de forma mais desagregadas estão disponíveis no Banco Multidimensional de Estatísticas- BME, que possui acesso restrito. Por conta disso, este trabalho realizou sua análise a partir de dados desagregados por Unidade da Federação ou Departamento de seis países: Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru, Paraguai e Argentina.

Vale ressaltar que a noção empregada neste trabalho para análise do espaço geográfico foi de Zona de Fronteira. Essa noção caracteriza como um espaço fronteiriço aqueles que possuem interações internacionais através de fluxos de bens, capitais e de pessoas (SOUZA; OLIVEIRA, 2014). No caso do Brasil, essa região corresponde a aproximadamente 27% do território nacional com 15.719 km de extensão. Segundo o Ministério da Integração Nacional/ Secretaria de Programas Regionais (MI/SPR) (2010), essa região é composta por 588 municípios, onde estão situados 11 estados brasileiros que fazem fronteira com 10 países da América do Sul, conforme apresenta a **Figura 1**.

⁵ Vale ressaltar que as autoras não buscaram coletar as informações a partir dos microdados do Censo de cada país.

⁶ Informação disponível na Tabela 3194.

não se situa no limite internacional; e 3) aqueles cujo território faz divisa com o país vizinho, mas cuja sede está fora da faixa de fronteira”(MI/SPR, 2010, pg. 17, grifo nosso).

Já o segundo apresenta somente dois tipos de situação: 1) municípios situados na retaguarda da faixa de fronteira, mas com sede na faixa de fronteira; e 2) aqueles com sede fora da faixa de fronteira (MI/SPR, 2010).

Dados preliminares sobre os povos indígenas em zona de fronteira no Brasil

O Brasil é o único país da América do Sul que faz fronteira com quase todos os países da região, exceto Chile e Equador. Em 2010, dos seus 5.565 municípios, 588 estavam em zona de fronteira, correspondendo a 10% do total de municípios no Brasil. Entre as regiões fronteiriças, a Região Sul, em termos absolutos, ganha destaque por apresentar o maior número de municípios em zona de fronteira, com mais de 400 municípios, conforme apresenta a **Tabela 2**.

Tabela 2 - Total de municípios em faixa de fronteira e com Terras Indígenas por Grande Região e por UF - Brasil - 2010.

Grande Região	UF	Total de mun.	Mun. em Z.F.	Mun. em Z.F. c/ Ti's
Norte	RO	52	27	15
	AC	22	22	12
	AM	62	21	18
	RR	15	15	12
	PA	143	5	5
	AP	16	8	3
<i>Sub-total</i>		310	98	65
Centro-Oeste	MS	78	44	21
	MT	141	28	10
<i>Sub-total</i>		219	72	31
Sul	PR	399	139	9
	SC	293	82	8
	RS	496	197	16
<i>Sub-total</i>		1188	418	33
Total		1717	588	129

FONTE: Funai. MI/SPR, 2010.

Observa-se também que os municípios fronteiriços com presença de Terras Indígenas (TI) correspondem somente a 21% do total de municípios em zona de fronteira. Além disso, a presença de TI nos municípios de fronteira se dá de forma diferente entre as regiões. Enquanto, a Região Sul, com 418 municípios em zona de fronteira, possui somente 33 municípios com TI, a Região Norte apresenta 65 municípios com TI, dos 98 municípios em zona de fronteira. Parte dessa diferença pode ser justificada pelo próprio processo histórico da formação das fronteiras do Brasil, cujo processo de colonização pressionou os indígenas a se refugiarem nessas áreas (MOREIRA NETO, 2005).

A **Tabela 3** apresenta o número absoluto dos povos indígenas com maior representativa dentro de cada Estado brasileiro, em 2010. Observa-se que nos Estados da Região Norte⁸ os povos indígenas mais representativos são: Kayapó, no Pará; Makuxí, em Roraima; Yanomámi, em Roraima e no Amazonas; Tikúna, no Amazonas; e Kaxinawá, no Acre. Já nos Estados do Mato Grosso (MT) e no Mato Grosso do Sul (MS), que compõem a Região Centro-Oeste do país, os Xavante, os Guarani⁹ e os Terena são os mais representativos. Na Região Sul do país – Paraná (PR), Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS) -, os Guarani também são representativos juntamente com os Kaingang.

Ainda que não faça parte do objetivo proposto neste trabalho, vale destacar que a **Tabela 3** também revela o número de pessoas que, em 2010, estavam no Brasil e pertenciam a etnias indígenas de outros países – ou seja, os imigrantes indígenas. Embora não tenha um número muito elevado de pessoas nessa categoria - somam-se 612 pessoas na zona de fronteira -, estas apresentam maior peso absoluto nos Estados da Região Sul do país, principalmente, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Segundo a CEPAL (2010), esses imigrantes correspondem menos 1% do total de imigrantes internacionais no país. Uma investigação mais detalhada desses povos poderia contribuir na reconstituição dos povos indígenas de fronteira, porém estas informações não foram disponibilizadas.

⁸ Estes são: Amapá (AP), Pará (PA), Roraima (RR), Amazonas (AM), Acre (AC), Rondônia (RO) e Tocantins (TO) - que ficou de fora da análise.

⁹ Aqui, o Guarani Kaiowá, Guarani Nandéva, Guarani Mbyá foram denominados de “Guarani”.

Tabela 3 - Número de indígenas segundo a etnia/povo a que pertence com maior representativa absoluta dentro de cada UF, Brasil, 2010.

UF	Etnia/Povo	N. de pessoas	UF	Etnia/Povo	N. de pessoas
AP	Karipuna	2.264	AC	Kaxinawá	7.449
	Galibí Marwómo	1.842		Yamináwa	1.349
	Palikur	1.225		Kulina Madijá	1.146
	Outras etnias indíge	9		Outras etnias indígenas	9
PA	Kayapó	8.161	RO	Pakaa Nova	3.081
	Mundurukú	7.341		Suruí de Rondônia	1.079
	Tembé	1.778		Outras etnias indígenas	32
	Sateré-Mawé	1.611	MT	Xavante	17.925
	Wai Wai	1.571		Bororo	1.959
	Tiriyó	1.284		Paresí	1.945
	Outras etnias indíge	18		Kaiabi	1.617
		Rikbaktsa		1.397	
RR	Makuxí	28.609	Kayapó	1.242	
	Wapixana	10.525	Bakairí	1.016	
	Yanomámi	7.776	Outras etnias indígenas	50	
	Sanumá	2.325	MS	Guarani Kaiowá	37.650
	Ingarikó	1.284		Terena	27.346
	Outras etnias indíge	X		Guarani Nhandeva	4.769
		Kadiwéu		1.546	
AM	Tikúna	45.858	Outras etnias indígenas	44	
	Yanomámi	13.402	PR	Kaingang	10.631
	Múra	12.405		Guarani Nhandeva	2.522
	Baré	11.890		Guarani Kaiowá	1.294
	Sateré-Mawé	11.516		Guarani Mbya	1.228
	Kokama	11.235	Outras etnias indígenas	76	
	Apurinã	6.532	SC	Kaingang	6.731
	Tukano	6.007		Xokleng	1.801
	Mundurukú	5.493		Guarani Mbya	1.014
	Baniwa	5.444		Outras etnias indígenas	214
	Kanamari	3.966	RS	Kaingang	19.744
	Kulina Madijá	3.695		Guarani Mbya	2.006
	Matsés	2.448		Guarani	1.612
	Tariana	2.422		Outras etnias indígenas	108
	Desána	2.343			
	Marúbo	2.170			
	Hupda	1.407			
	Piratapuya	1.374			
	Miránha	1.322			
	Paumarí	1.281			
Dení	1.278				
Kuripako	1.222				
Kaixana	1.197				
Matis	1.012				
Outras etnias indíge	52				

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010. Retirados do Universo. BME - 2013.

Por fim, a partir dos dados censitários do Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru, Paraguai e Argentina, reconstituíram-se 10 povos indígenas com maior representativa absoluta na fronteira brasileira e que também estavam presentes do outro lado da fronteira, conforme mostra a **Tabela 4**.

O povo com maior representativa em regiões de fronteira foi o Guarani, com 105.100 pessoas residentes tanto no Brasil quanto no Paraguai e Argentina. Vale ressaltar que esse povo indígena também está presente em outros países como a Bolívia e o Uruguai (COLMAN, 2015), que não estão presentes na análise devido à ausência de informação. Em um Censo, a informação sobre os povos indígenas limita-se a autoidentificação sem permitir conhecer o povo/etnia a que pertence, caso do Uruguai, no outro, os dados – nem mesmo os microdados - não estão disponíveis no site do Instituto que realiza o Censo .

No Brasil, os Guarani estão presentes no Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul¹⁰, que correspondem a mais de 50% da população total de guarani em zona de fronteira. No Paraguai, o povo Guarani está presente nos departamentos de Concepción, Amabay, Canindeyú e Alto Parana. Enquanto, na Argentina, estes estão no departamento de Misiones.

A situação dos guarani no Mato Grosso do Sul, Estado que faz fronteira com o Paraguai, está sujeita, por exemplo, a ausência de apoio institucional. Há famílias que migram do Paraguai para o Brasil que não tem assistência médica ou acesso à escola (AZEVEDO; BRAND; COLMAN, 2013). Trabalhos, como os realizados por COLMAN (2015), revelam a importância de conhecer esses povos indígenas, que consideram sua territorialidade para além das fronteiras nacionais.

Na contramão disso, tem-se o povo Yamináwa (ou Jaminawa) que a partir dos dados coletados apresentam uma população estimada de 1.949 pessoas, residentes tanto no Brasil quanto no Peru. Estes estão situados no Estado do Acre, no lado brasileiro, e no departamento de Ucayali, no lado peruano.

¹⁰ Estão presentes também nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo (COLMAN, 2015).

Tabela 4 - Magnitude populacional de 10 povos indígenas mais representativos em zona de fronteira no Brasil, 2005-2012.

Etnia/Povo	País	UF / Depto / Prov.	N. abs.	Total	Etnia/Povo	País	UF / Depto / Prov.	N. abs.	Total
Guarani	Brasil	MS / PR / SC / RS	54.586	105.100	Kaxinawá/ Cashinahua	Brasil	Acre	7978	10.397
		Concepción	7.110				Peru	Ucayali	
	Paraguai	Amambay	11.852		Ashaninka	Brasil	Acre	865	9.934
		Canindeyú	13.662				Amazonas	X	
		Alto Parana	6.859				Peru	Loreto	
Argentina	Misiones	11.031			Ucayali	9019			
Tikúna / Tikuna	Brasil	Amazonas	45.858	60.389	Desána / Desano	Brasil	Amazonas	2.343	4.189
	Colômbia	Amazonas	7.517				Vaupés	1.751	
		Vaupés	32			Colômbia	Guainía	94	
Peru	Loreto	6982	Amazonas	1					
Yanomámi / Shiriana	Brasil	RR / AM	21.178	31.027	Matsés	Brasil	Amazonas	2448	4.172
	Venezuela	Amazonas	9.425			Peru	Loreto	1.724	
			Bolívar	424					
Kokama / Cocama	Brasil	Amazonas	11.235	24.297	Yamináwa	Brasil	Acre	1349	1.949
	Colômbia	Amazonas	2.133			Peru	Ucayali	600	
	Peru	Loreto	10.929						
Baré	Brasil	Amazonas	11.890	16.798					
	Venezuela	Amazonas	4.904						
		Bolívar	4						

Fonte: **Argentina**¹¹ - INDEC. Censo Nacional de Población, Hogares Y viviendas 2010; **Brasil** - IBGE, 2010. Censo Demográfico de 2010; **Colômbia**¹² - Dane. 2005. Censo Nacional de Población - através do Sistema de Información Indígena de Colombia; **Paraguai**¹³ - DGEEC. III Censo Nacional de Población y Viviendas para Pueblos Indígenas, 2012.; **Peru** - INEI - Censos Nacionales 2007 : XI de Población y VI de Vivienda e II Censo de Comunidades Indígenas de la Amazonía Peruana – 2007;

¹¹ Dados consultados em: INDEC - Instituto Nacional de Estadística y Censos. *Censo Nacional de población, hogares y viviendas 2010: Censo del bicentenario. Pueblos originarios: región Nordeste Argentino* - 1 ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: INDEC, 2015

¹² Dados retirados dos seguintes sites: para o povo Desano - http://siic.mininterior.gov.co/sites/default/files/upload/SIIC/PueblosIndigenas/Caracterizaciones/pueblo_desano.pdf; Cocama - http://siic.mininterior.gov.co/sites/default/files/upload/SIIC/PueblosIndigenas/Caracterizaciones/pueblo_cocama.pdf; Tikuna - http://siic.mininterior.gov.co/sites/default/files/upload/SIIC/PueblosIndigenas/Caracterizaciones/pueblo_tikuna.pdf; Makuna - http://siic.mininterior.gov.co/sites/default/files/upload/SIIC/PueblosIndigenas/Caracterizaciones/pueblo_makuna.pdf; data da consulta: 19/04/2016

¹³ Dados consultados em: DGEEC, 2014. *Pueblos indígenas em el Paraguay Resultados Finales de población y viviendas 2012*. Disponível no site: <http://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/indigena2012/Pueblos%20indigenas%20en%20el%20Paraguay%20Resultados%20Finales%20de%20Poblacion%20y%20Viviendas%202012.pdf>. Data da consulta: 19/04/2016.

Dos poucos trabalhos que se tem conhecimento sobre esses - por exemplo, Ferreira (2014), Arruda (2010) e Calavia Saéz (2006) -, observa-se que sua situação sociodemográfica em zona de fronteira também é vulnerável. Uma parcela desse grupo vive ou transita no município de Assis Brasil – cidade-gêmea, localizada na tríplice fronteira entre o Brasil, Peru e a Bolívia - sem saneamento básico nos domicílios ou sem alimento (FERREIRA, 2014). Dessa forma, tem-se uma população que precisa, além de se conhecer, ser conhecida pelos poderes locais, para que assim seja possível aplicar políticas públicas que respeitem as particularidades de cada povo.

Considerações finais

Este exercício foi somente um ensaio sobre os povos indígenas em zonas fronteiriças no Brasil. Ao longo de seu desenvolvimento, foi possível observar os avanços que as pesquisas censitárias apresentaram, por exemplo, a inserção de pergunta sobre povos indígenas, como também a difícil trajetória que é compatibilizar dados censitários, principalmente, quando se deseja investigar e aprofundar seu conhecimento em povos indígenas residentes em área de fronteira.

Um simples indicador, como o número populacional por povo/etnia, pode estar sujeito a variações tanto de caráter temporal quanto de mensuração. Caso em que uma dessas situações fica explícita é o da Bolívia, cujas informações sobre os povos indígenas são direcionadas somente para aqueles que nasceram no país.

Outro fato que merece menção é a disponibilidade das informações censitárias sobre os povos indígenas. Nem todos os países estudados aqui disponibilizam essas informações de forma rápida e acessível para todos. Ou quando o fazem, não permitem a desagregação espacial dos mesmos, caso brasileiro.

Os povos indígenas reconstituídos nesse trabalho apresentam um elevado número populacional, se observados a partir de uma perspectiva étnica, que ainda carecem de melhores políticas públicas. Dessa forma, torna-se cada vez mais necessário ter informações demográficas mais confiáveis sobre esse segmento populacional.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Marta Maria do Amaral; BRAND, Antonio, COLMAN, Rosa. Os Guarani nos seus processos de mobilidade espacial e os desafios para as políticas públicas na região fronteira brasileira. IN: AZEVEDO, Marta Maria do Amaral; BAENINGER, Rosana. Povos indígenas: mobilidade espacial. Por dentro do Estado de São Paulo, v. 8., Núcleo de Estudos de População – Nepo, Unicamp. Campinas, 2013.

CALAVIA SAÉZ, Oscar. O nome e o tempo dos Yaminawa: etnografia e história do rio Acre. São Paulo, Editora Unesp: ISA; Rio de Janeiro, NUTI, 2006.

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe. Los pueblos indígenas en América Latina: Avances em el último decênio y retos pendientes para la garantía de sus derechos. Naciones Unidas, novembro de 2014.

COLMAN, Rosa Sebastiana. Guarani *Retã* e mobilidade espacial Guarani: belas caminhas e processos de expulsão no território guarani. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, 2015.

DANE – Departamento Administrativo Nacional de Estadística de Colombia. La visibilización estadística de los grupos étnicos colombianos. Imprenta Nacional, Bogotá, 2010.

DEL POPOLO, Fabiana; SCHKOLNIK, Susana. Pueblos indígenas y afrodescendientes em los censos de población y vivienda de América Latina: avances y desafíos em el derecho a la información. IN: Notas de población. Año XL, N° 97, Santiago de Chile, 2013.

DGEEC – Dirección General de Estadística Encuestas y Censos. Pueblos indígenas em el Paraguay: Resultados finales de población y viviendas 2012. Fernando de la Mora, Paraguay, 2014.

_____. Problemas em la declaración de edad de la población adulta mayor em los censos. Série población y desarrollo. CEPAL, novembro de 2000.

FERREIRA, Fátima. “Eles têm um quintal grande demais para o estado do Acre” Uma etnografia acerca das estratégias dos índios Jaminawá para sua permanência e trânsito entre suas aldeias e a cidade de Rio Branco – Acre. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2014.

INE – Instituto Nacional de Estadística e Informática. II Censo de Comunidades indígenas de la Amazonía peruana 2007: Resultados definitivos. Dirección Nacional de Censos y Encuestas. Lima, 2008.

INDEC. Censo Nacional de Población, hogares y viviendas 2010: Aspectos operativos y metodológicos. Resultados definitivos, variables seleccionadas, serie B N° 1, 2010.

MI/SPR - Ministério da Integração Nacional - Secretaria de Programas Regionais. Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da Faixa de Fronteira. Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça. Brasília, 2010.

MOREIRA NETO, Carlos de Araujo. Índios e fronteiras. Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, V.2, n.2, p.79-87, 2005.

OIT – International Labour organization. Understanding the indigenous and tribal people convention, 1989 (No. 169). Handbook for IOL Tripartite Constituents / International Labour standards Department, Geneva, 2013.

_____. Los derechos de los pueblos indígenas y tribales em la práctica. Programa para promover el convenio Núm 169 de la OIT. Departamento de normas internacionales del trabajo, 2009.

PIMENTA, José. Povos indígenas, fronteiras amazônicas e soberania nacional. Algumas reflexões a partir dos Ashaninka do Acre. Trabalho apresentado na mesa redonda: Grupos indígenas na Amazônia. SBPC, Manaus, 2009.

SOUZA, Rita de Cássia Martins; OLIVEIRA, Ana Rita Fidelis de. As cidades fronteiriças na América do Sul: polêmicas e conflitos com o centro oeste brasileiro. Revista Tamoios, n.1, São Gonçalo, Rio de Janeiro, pgs. 67-87, 2014.